



## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova os modelos padrões de documentos relacionados aos atos administrativos do Serviço de Inspeção executado e coordenado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES.

**O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES**, no uso das atribuições legais conforme poderes que lhe conferem o Estatuto e o Protocolo de Intenções CIDES,

RESOLVE:

Art.1º. Ficam aprovados os modelos de documentos utilizados na realização dos atos administrativos derivados da execução do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal coordenado e executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, constantes dos anexos.

Art.2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 01 de novembro de 2022.

Helder Paulo Carneiro  
PRESIDENTE DO CIDES

## ANEXO I

AUTO DE INFRAÇÃO N° \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

### IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

|                                    |
|------------------------------------|
| Razão Social ou Nome:              |
| REGISTRO (SIM/SIE/ N° CONSÓRCIAL): |
| Endereço:                          |
| Município/UF:                      |
| CEP:                               |
| CNPJ ou CPF:                       |

Ao(s) **xx** dia(s) do mês de **xxxxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxxxx**, Estado de **xxxxxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, verifiquei que o estabelecimento acima identificado infringiu o disposto legal abaixo, pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

- 1) Art. **XXX** do Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, *combinado com xxxxxx*: Por *(descrição da infração)*
- 2) Art. **XXX** do Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, *combinado com xxxxxx*: Por *(descrição da infração)*

A(s) infração(ões) acima relatada(s) poderá(ão) acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções: advertência, multa de 1 a 100% do valor máximo previsto em Lei, apreensão ou condenação, suspensão de atividade, interdição total ou parcial do estabelecimento, cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, conforme Art. **XXX** do Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**.

Fica o(a) infrator(a) cientificado(a) de que poderá apresentar defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, protocolizando em representação do **XXXX (SEDE DO CONSÓRCIO)**, no prazo de **XXXX (PREVISTO EM NORMATIVA DO CONSÓRCIO)**, contados da data da cientificação oficial, como dispõe o Art. **XXX** do Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX** e o Art. 44 da Lei n° 9.784/99, sob pena do processo tramitar à revelia do(a) autuado(a).

**Observação: QUANDO O auto resultar como fator jurígeno não conformidades oriundas de coletas declarar seguinte texto (esta análise pericial tem que constar no escopo legal para atendimento os DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA DO ADMINISTRADO):**  
“Foram colhidas amostras de contraprova, conforme determina o Art. **xxx** do Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**. É facultado ao interessado requerer a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de quarenta e oito horas, contado da data da ciência do resultado, conforme disposto no Art. **xxx** da Resolução /Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**.”

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

- ( ) Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.  
( ) O autuado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Autuante:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Autuado:

(nome e documento)

Testemunha:

(nome e documento)

## ANEXO II

### RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PARA JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| <b>1. Processo nº:</b>  |   |  |  |
| <b>2. Razão Social ou Nome do interessado:</b>  |   |  |  |
| <b>3. Localização (Município/Estado):</b>   |   |  |  |
| <b>4. REGISTRO (SIM/SIE/ Nº CONSÓRCIAL):</b>  |   |  |  |
| <b>5. Assunto:</b> Auto de Infração Nº  |   |  |  |
| <b>6. Dos fatos:</b> O auto de infração fora lavrado em <i>xx/xx/xxxx</i> pelo Agente Público (médico veterinário oficial) <i>xxxxxxx</i> contra a interessada pela constatação de “ <i>(transcrição das irregularidades conforme Auto de Infração)</i> ”. A ciência da autuada fora registrada em <i>xx/xx/xxxx</i> , <i>por meio de assinatura do Auto de Infração / por meio do recebimento pelo Correio, conforme Aviso de Recebimento. Na oportunidade, também foram lavrados os documentos (citar outros termos emitidos, por exemplo, Termo de Apreensão...)</i> |   |  |  |
| <b>7. Base Legal/Artigos infringidos:</b> Artigo <i>xx</i> , da Resolução <i>XXXXX</i> , <i>combinado com xxxxxx</i>  |   |  |  |
| <b>8. Histórico do autuado:</b> A autuada é <i>(reincidente ou primária)</i> , conforme consulta ao histórico de infrações anexado ao presente processo   |   |  |  |
| <b>9. Da defesa:</b> A interessada apresentou defesa no dia <i>xxxxx</i> , atendendo o prazo estabelecido no artigo 59 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, portanto considerada tempestiva, e argumenta que <i>.....</i><br><br><i>OU A interessada apresentou defesa no dia xxxxx tendo ultrapassado o prazo estabelecido no artigo 59 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, portanto é considerada intempestiva OU A interessada não apresentou defesa, sendo considerada revel, conforme Termo de Revelia (ver modelo mais a frente)</i>                 |   |  |  |
| <b>10. Do mérito:</b>   |   |  |  |
| <b>11. Conclusão:</b>   |   |  |  |
| <b>12. Proposição da sanção:</b>  |   |  |  |
| Artigo A<br>Resolução<br><i>XXXXX</i> ,<br><i>combinado</i><br><i>com</i><br><i>xxxxx</i> :   | Classificação da<br>infração (constar<br>na lei )                   | Infração   | Valor da Multa:                                |
| Inciso<br><i>xxxx</i>   | <i>Leve</i><br><i>Moderada</i><br><i>Grave</i><br><i>Gravíssima</i> | <i>Descrição da infração conforme Auto de Infração</i> | <i>X%</i> do valor máximo =<br>R\$ <i>xxxx</i> |
| Inciso<br><i>xxxx</i>   | <i>Leve</i><br><i>Moderada</i><br><i>Grave</i><br><i>Gravíssima</i> | <i>Descrição da infração conforme Auto de Infração</i> | <i>X%</i> do valor máximo =<br>R\$ <i>xxxx</i> |
|   |   | <b>Total:</b>  | <b>R\$ (soma dos valores)</b>                  |
| <b>13. Local e Data:</b> <i>município/UF, xx de .... de 20xx.</i>   |   |  |  |
| <b>Relator:</b> <i>xxxxx</i> <b>Assinado digitalmente</b>   |   |  |  |



### ANEXO III

TERMO ADITIVO N° \_\_\_\_/SIM CIDES/2022

**Documento de Referência:** Auto de Infração n.º xxxxx

**Processo n.º:**

|                               |
|-------------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO: |
| Razão Social ou Nome:         |
| SIM/SIE/ N° Consorcial:       |
| Endereço:                     |
| Município/UF:                 |
| CEP:                          |
| CNPJ ou CPF:                  |

Ao(s) xx dia(s) do mês de xxxxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO), IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, constatei erro material no documento acima referenciado e promovo a devida correção para:

**Onde se lê:** xxxxxxxx;

**Leia-se:** xxxxxxxx;

Ratifico os demais dizeres do referido documento.

Fica o interessado cientificado de que tem o prazo máximo de **10 (dez) dias**, para encaminhar a defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, à representação **do Município /Estado /consórcio**.

Após o encaminhamento da defesa, ou vencido o prazo para tal, os autos serão julgados pela Autoridade Julgadora e o interessado receberá a respectiva Notificação, informando-lhe das decisões tomadas.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

( ) Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

( ) O autuado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do AFFA/MVO:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

## ANEXO IV

TERMO DE APREENSÃO Nº \_\_\_\_ /SIM CIDES/2022

### ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

|                             |               |      |
|-----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:           |               |      |
| SIM / SIE / N ° CONSÓRCIAL: |               |      |
| Endereço:                   | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                 |               |      |

### ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

|                             |               |      |
|-----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:           |               |      |
| SIM / SIE / N ° CONSÓRCIAL: |               |      |
| Endereço:                   | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                 |               |      |

### DEPOSITÁRIO:

|           |               |      |
|-----------|---------------|------|
| Nome:     |               |      |
| RG e CPF: |               |      |
| Telefone: |               |      |
| Endereço: | Município/UF: | CEP: |

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, procedi à apreensão junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado, do(s) produto(s) relacionado(s) a seguir, por ter infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

| PRODUTO | MARCA | FABRICAÇÃO | VALIDADE | LOTE | Nº REGISTRO | QUANTIDADE |
|---------|-------|------------|----------|------|-------------|------------|
|         |       |            |          |      |             |            |
|         |       |            |          |      |             |            |

A destinação do(s) produto(s) deverá ser proposta pelo estabelecimento fiscalizado, em observância aos critérios de destinação estabelecidos na Resolução / LEI XXXXXXX ou em normas complementares, e apresentada ao Serviço de Inspeção Oficial para deliberação.

O(s) material(is) descrito(s) ficará(ão) sob a guarda do depositário identificado, abaixo assinado, até que fique livre de sua responsabilidade constante neste Termo. A utilização, substituição, subtração ou remoção do(s) mesmo(s) constitui infração à Resolução/ LEI XXXXXXX, estando sujeito às penalidades previstas.

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela apreensão:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)

## ANEXO V

TERMO DE APREENSÃO CAUTELAR N° \_\_\_\_/SIM CIDES/2022

### ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

|                        |               |      |
|------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:      |               |      |
| SIM / SIE / CONSÓRCIO: |               |      |
| Endereço:              | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:            |               |      |

### ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

|                        |               |      |
|------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:      |               |      |
| SIM / SIE / CONSÓRCIO: |               |      |
| Endereço:              | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:            |               |      |

### DEPOSITÁRIO:

|           |               |      |
|-----------|---------------|------|
| Nome:     |               |      |
| RG e CPF: |               |      |
| Telefone: |               |      |
| Endereço: | Município/UF: | CEP: |

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, procedi à apreensão junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado, do(s) produto(s) relacionado(s) a seguir, por ter infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

| PRODUTO | MARCA | FABRICAÇÃO | VALIDADE | LOTE | Nº REGISTRO | QUANTIDADE |
|---------|-------|------------|----------|------|-------------|------------|
|         |       |            |          |      |             |            |
|         |       |            |          |      |             |            |

A Liberação do(s) produto(s) fica condicionada a:

O material(is) descrito(s) ficará(ao) sob a guarda do depositário identificado, abaixo assinado, até que fique livre de sua responsabilidade constante neste Termo. A utilização, substituição, subtração ou remoção do(s) mesmo(s) constitui infração à Resolução/Lei \_\_\_\_\_ estando sujeito às penalidades previstas.

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela apreensão:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)



## ANEXO VI

### TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRAS Nº \_\_\_\_/SIM CIDES/2022

#### ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM / SIE / Nº CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

#### ESTABELECIMENTO FABRICANTE:

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM / SIE / Nº CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

Ao(s) **xx** dia(s) do mês de **xxxxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxxxxx**, Estado de **xxxxxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, colhi para fins de análises laboratoriais, amostras dos produtos relacionados abaixo, junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado:

| Produto | Nº Registro do produto | Marca | Quantidade | Fabricação | Nº da SOA* |
|---------|------------------------|-------|------------|------------|------------|
|         |                        |       |            |            |            |
|         |                        |       |            |            |            |

\* Solicitação Oficial de Análise

| Nº da SOA | Lacre Amostra | Lacre Contraprova Laboratório | Lacre Contraprova Empresa |
|-----------|---------------|-------------------------------|---------------------------|
|           |               |                               |                           |
|           |               |                               |                           |

Observação: conforme estabelecido no Art. 470 da Resolução nº 9.013/2017 (RIISPOA), as amostras para análise físico-química são coletadas em triplicata, sendo uma entregue ao responsável pelo produto, que deve garantir a sua conservação e integridade física. Não são coletadas amostras fiscais em triplicata para fins de análise pericial, nos casos previstos em seu parágrafo 3º - análises microbiológicas. **TAL DISPOSITIVO TEM QUE SER COLOCADO EM LEI E TEM COMO EXPLICAÇÃO TÉCNICA A VARIABILIDADE MICROBIOLÓGICA EM PRODUTOS ALIMENTÍCEOS EM VIRTUDE DAS ALTERAÇÕES FÍSICO QUÍMICAS QUE NORMALMENTE OCORREM COM O ALIMENTO EM RAZÃO DO TEMPO.**

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pela colheita:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)



## ANEXO VII

### TERMO DE CONDENAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

#### ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM / SIE / Nº CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, determinei a CONDENAÇÃO do(s) produto(s) relacionado(s) abaixo, por ter(em) infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

#### IDENTIFICAÇÃO DO(S) MATERIAL(IS):

| PRODUTO | MARCA | FABRICAÇÃO | VALIDADE | LOTE | Nº REGISTRO | QUANTIDADE |
|---------|-------|------------|----------|------|-------------|------------|
|         |       |            |          |      |             |            |
|         |       |            |          |      |             |            |

A empresa deve apresentar os registros auditáveis que comprovem o tratamento realizado para inutilização, quando a mesma não for realizada na presença do SIF.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável pela condenação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)





## ANEXO VIII

### TERMO DE DESINTERDIÇÃO N° \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

#### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM / SIE / N° CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

Ao(s) \_\_\_ dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, conforme Termo de Interdição n° xxx/xxx/xxxx constante no processo xxxxxxxx, no estabelecimento acima identificado, procedi a desinterdição:

- ( ) Total das instalações  
( ) Parcial, das instalações abaixo relacionadas:  
1- (descrição da 1ª instalação)  
2- (descrição da 2ª instalação)

A presente desinterdição foi feita com base no Art. XXX §2º da Resolução / LEI XXXX, em função da constatação (descrição das ações realizadas para atendimento das exigências que motivaram a interdição), atendendo a(s) exigência(s) descrita(s) no Termo de Interdição referido.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável pela desinterdição:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

## ANEXO IX

### TERMO DE INTERDIÇÃO N° \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

#### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM /SIE / N° CONSORCIAL : |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, procedi a interdição:

- ( ) Total das instalações  
( ) Parcial, da(s) instalação(ões) abaixo relacionada(s):  
1- *(descrição da 1ª instalação)*  
2- *(descrição da 2ª instalação)*

A presente interdição foi feita em consequência da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

- 1- *(descrição das irregularidades constatadas na 1ª instalação)*  
2- *(descrição das irregularidades constatadas na 2ª instalação)*

Que infringiram os dispositivos legais:

- 1- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a interdição da 1ª instalação)*  
2- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a interdição da 2ª instalação)*

A desinterdição será efetuada somente após a comprovação do restabelecimento das condições de funcionamento da(s) instalação(ões) relacionada(s).

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável pela interdição:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

## ANEXO X

TERMO DE INTIMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM / SIE / Nº CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, em virtude da(s) motivação(ões) descrita(s) abaixo, intimo o estabelecimento acima identificado a satisfazer a(s) exigência(s) relacionadas abaixo, no prazo estipulado:

Motivação(ões) verificada(s):

- 1- (descrição 1ª motivação)*
- 2- (descrição 2ª motivação)*

Exigência(s):

- 1- (descrição da exigência para a 1ª motivação)*
- 2- (descrição da exigência para a 2ª motivação)*

Prazo para cumprimento da(s) exigência(s):

- 1- (prazo definido para a 1ª motivação)*
- 2- (prazo definido para a 2ª motivação)*

O(s) prazo(s) definidos começam a contar a partir do recebimento desta Intimação. O não atendimento desta intimação constitui infração à Resolução / LEI **XXX** e implicará a continuidade do processo à revelia do interessado, conforme as disposições da Lei 9.784/99, Art. 26, §1º, inciso V, além de prever adoção de outras ações fiscais cabíveis.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável pela intimação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

## ANEXO XI

Parte 1: Termo de Julgamento – Auto de Infração procedente

**TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES \_\_\_\_/2022**

Processo nº:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº **xxxxxxx** contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. **XXXXX** da Resolução **XXXXXX**, a regularidade dos procedimentos fiscais, a garantia do amplo direito a defesa e do contraditório e tudo o mais que dos autos consta, acolho o parecer contido no Relatório nº **xxx**, e decido:

I - Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxx**, pela irregularidade "**xxxxxxx**", infringindo (*dispositivo legal*);

II – Aplicar, como sanção administrativa, (*multa/advertência*) no valor de R\$ **xxxx** (*valor por extenso*), com fulcro nos *Art. XXXX Inciso (especificar o inciso)*, Art. **XXXXX** da Resolução nº **XXXXX**

III – Aplicar, como sanção administrativa (*outras sanções previstas EM LEI, quando for o caso*)

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, intimando-o a cumprir as exigências no prazo legal ou, em caso de discordância, recorrer à instância superior, no prazo previsto no Art. **XXXX** da Resolução / Lei nº **XXXXX**. *Em caso de pagamento da GRU, o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa da União, conforme previsto no Art. xxxxx da Resolução / lei.*

*Local, xx de xxxxxxx de 20xx*

Chefe do **SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)**

( ) Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

( ) O autuado recebeu uma cópia deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Autuado:

(nome e documento)



## ANEXO XII

Parte 2: Termo de Julgamento – Auto de Infração improcedente

### TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

Processo nº:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº **xxxxxxx** contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER O SEQUENCIAL DAS RELATORIAS PARA NÃO PERDER RITO PROCESSUAL**), e decido:

I - Julgar improcedente o auto de infração nº **xxxx**;

II – Cancelar o Auto de Infração supracitado.

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

*Local, xx de xxxxxxx de 20xx*

Chefe do **SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)**

( ) Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

( ) O autuado recebeu uma cópia deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Autuado:

(nome e documento)

## ANEXO XIII

Parte 1: Termo de Julgamento – manter sanção

### TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

Processo nº:  
Serviço de Inspeção:  
Auto de Infração nº:  
Autuado:  
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:  
CNPJ/CPF:  
Endereço:  
Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxx**

II – Manter a sanção administrativa de multa no valor de R\$ **xxxxx** (*valor por extenso*), de acordo com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (SEI nº **xxx**).

*III – Manter, como sanção administrativa (outras sanções previstas no Art. 508, quando for o caso)*

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução. *Quando do pagamento da GRU, o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa da União, conforme previsto no Art. 529 do RIISPOA.*

*Local, xx de xxxxxxx de 20xx*

Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**)

## ANEXO XIV

Parte 2: Termo de Julgamento – aumentar sanção

### TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº **XXX/SERVIÇO XXX/ANO**

Processo nº:  
Serviço de Inspeção:  
Auto de Infração nº:  
Autuado:  
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:  
CNPJ/CPF:  
Endereço:  
Município/UF:

O Diretor do **SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)**, no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxxx**

II – Aumentar a sanção administrativa de multa do valor de R\$ **xxxx** (*valor por extenso*) para R\$ **xxxx** (*valor por extenso*), em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (*citar o relatório*).

*III – Aplicar, como sanção administrativa (outras sanções previstas no Art. 508, quando for o caso)*

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, e cumprindo o Art. 64 da Lei nº 9.784/1999. *Quando do pagamento da MULTA (DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO CONSÓRCIO), o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Consórcio e conforme previsão legal*

*Local, xx de xxxxxxxx de 20xx*

Diretor consórcio / prefeito (*pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal*)

## ANEXO XV

Parte 3: Termo de Julgamento – reduzir sanção

### TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº **XXX/SERVIÇO XXX/ANO**

Processo nº:  
Serviço de Inspeção:  
Auto de Infração nº:  
Autuado:  
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:  
CNPJ/CPF:  
Endereço:  
Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxxx**

II – Reduzir a sanção administrativa de multa do valor de R\$ **xxxx** (*valor por extenso*), para R\$ **xxxx** (*valor por extenso*), em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL e citar**).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.  
*Quando do pagamento da MULTA ( DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO / ESTADO / CONSÓRCIO), o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Consórcio e conforme previsão legal*

*Local, xx de xxxxxxx de 20xx*

Diretor consórcio / prefeito (**pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal**)





## ANEXO XVI

Parte 4: Termo de Julgamento – aplicar advertência

**TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022**

Processo nº:

Serviço de Inspeção:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxxx**

II – Cancelar o Auto de Multa (**sequencial**), para que seja aplicada a penalidade de Advertência, em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL e citar**).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

*Local, xx de xxxxxxx de 20xx*

Diretor consórcio / prefeito (**pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal**)



## ANEXO XVII

Parte 5: Termo de Julgamento – cancelar

### TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

Processo nº:

Serviço de Inspeção:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide

I - Julgar improcedente o Auto de Infração nº **xxxx**;

II – Cancelar o Auto de Infração supracitado e seu respectivo Auto de Multa (**manter sequencial**).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

*Local, xx de xxxxxxx de 20xx*

Diretor consórcio / prefeito (**pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal**)



## ANEXO XVIII

TERMO DE LIBERAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

|                         |               |      |
|-------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:       |               |      |
| SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:               | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:             |               |      |

### IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITÁRIO:

|           |               |      |
|-----------|---------------|------|
| Nome:     |               |      |
| RG e CPF: |               |      |
| Telefone: |               |      |
| Endereço: | Município/UF: | CEP: |

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, tendo em vista (**MOTIVAÇÃO**) determinei a LIBERAÇÃO do(s) material(is) relacionado(s) abaixo para (**DESTINAÇÃO**), com base no disposto (**Art. da Resolução XXXX**), ficando o depositário livre de sua responsabilidade constante no Termo de Apreensão Cautelar nº **xxx/C.I.F/ANO**.

### IDENTIFICAÇÃO DO(S) MATERIAL(IS):

| PRODUTO | MARCA | FABRICAÇÃO | VALIDADE | LOTE | Nº Registro do produto | QUANTIDADE |
|---------|-------|------------|----------|------|------------------------|------------|
|         |       |            |          |      |                        |            |
|         |       |            |          |      |                        |            |

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela liberação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)



## ANEXO XIX

### TERMO DE REVELIA

Processo n°:

Auto de Infração n°:

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

|                         |
|-------------------------|
| Razão Social ou Nome:   |
| SIM/SIE/ N° CONSORCIAL: |
| Endereço:               |
| Município/UF:           |
| CEP:                    |
| CNPJ ou CPF:            |

Findo o prazo de que trata o Artigo **xxx** da Resolução **xxxx**, sem que o interessado tenha apresentado defesa escrita ao Auto de Infração acima referido, é o autuado considerado **REVEL**.

*Local*, xx de xxxxxxxx de 20xx



## ANEXO XX

TERMO DE SUSPENSÃO CAUTELAR Nº \_\_\_\_\_/SIM CIDES/2022

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

|                            |               |      |
|----------------------------|---------------|------|
| Nome empresarial:          |               |      |
| SIM / SIE / Nº CONSORCIAL: |               |      |
| Endereço:                  | Município/UF: | CEP: |
| CNPJ / CPF:                |               |      |

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, no estabelecimento acima identificado, procedi a suspensão:

Da(s) atividade(s) / processo(s) de fabricação / etapa(s) abaixo relacionada(s):

- 1- *(descrição 1ª atividade / processo / etapa)*
- 2- *(descrição 2ª atividade / processo / etapa)*

A presente suspensão foi feita em consequência da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

- 1- *(descrição das irregularidades constatadas para 1ª suspensão)*
- 2- *(descrição das irregularidades constatadas para 2ª suspensão)*

Que infringiram os dispositivos legais:

- 1- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a 1ª suspensão)*
- 2- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a 2ª suspensão)*

A retomada da(s) atividade(s) será efetuada somente após a comprovação da cessação da(s) causa(s) que motivou(aram) a adoção da medida.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável pela interdição:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

### ANEXO XXI

|  |          |
|--|----------|
| <b>TERMO DE ADVERTÊNCIA</b>  | Nº       |
| RAZÃO SOCIAL:  |          |
| CNPJ:  | SIM Nº:  |
| ENDEREÇO:  |          |
| CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:  |          |
| LOCAL DA INFRAÇÃO:   |          |
| DATA:  | HORÁRIO: |
| DESCRIÇÃO DA ADVERTÊNCIA:  |          |
| DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS:   |          |
| ASSINATURA DO SERVIDOR DO SIMC   |          |
| <b>Fica o(a) advertido(a) ciente de que a reincidência implicará em outras penalidades previstas legalmente.</b> |          |
| Ciente, recebi em, ____ de _____ de _____.   |          |
| ADVERTIDO(A), ASSINATURA E CPF   |          |
| TESTEMUNHA, ASSINATURA E CPF   |          |
| TESTEMUNHA, ASSINATURA E CPF   |          |
| 1ª VIA AUTUADO E 2ª VIA ARQUIVO  |          |



## ANEXO XXII

Modelos de Avisos de Registro, Transferência de Registro e de Cancelamento de Registro no SIM-CIDES

### AVISO DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA REGISTRO no Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXX, nome fantasia XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, sob o SIM-CIDES XXX, Processo nº, e concomitante registro no e-SISBI desde \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

XXXXXXXXXXXXX  
Médico Veterinário Oficial  
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX  
Coordenador do SIM-CIDES



## ANEXO XXII

### AVISO DE TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA a TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO no SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a partir de \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

Dessa forma, procedeu-se baixa e arquivo do Processo nº, pertinente à pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; e abertura do Processo nº, referente à pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a qual protocola novo contrato social; estrutura societária bem como demais documentos pertinentes ao credenciamento ao SIM-CIDES XXX.

Uberlândia, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

XXXXXXXXXXXXX  
Médico Veterinário Oficial  
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX  
Coordenador do SIM-CIDES





## ANEXO XXII

### AVISO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA O CANCELAMENTO, de ofício/a requerimento, DO REGISTRO no Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXX, nome fantasia XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, sob o SIM-CIDES XXX, Processo nº, e concomitante baixa do seu registro no e-SISBI.

Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

XXXXXXXXXXXXX  
Médico Veterinário Oficial  
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX  
Coordenador do SIM-CIDES